

LARA, GLÁUCIA P., LIMBERTI, RITA DE C. P. (orgs.) 2015. *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto. 206 pp. ISBN 978-85-7244-889-5

Gláucia Proença Lara, doutora em Semiótica e Linguística Geral pela USP, com pós-doutoramento na Universidade de Paris IV, Sorbonne, e no IEL/UNICAMP, docente da Graduação e da Pós-Graduação na Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, e Rita de Cássia Pacheco Limberti, doutora em Semiótica e Linguística Geral pela USP, com pós-doutoramento no IEL/UNICAMP, docente da Graduação e da Pós-Graduação na UFGD, Dourados, trazem a público o livro intitulado *Discurso e (des)igualdade social*. Essa obra reúne onze textos, de vários autores de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras –comprometidos com aspectos sociais de grande relevância para todos os países–, em torno da identidade, da subjetividade, da desigualdade e da exclusão social, abordando, cada qual a seu modo, questões ligadas ao outro, ao estrangeiro, ao excluído, ao subalterno.

A apresentação das organizadoras já adianta o que iremos encontrar nos textos do livro no que se refere ao silenciamento do outro: “Este livro nasce como uma proposta de escuta desse silêncio significativo que, apesar dos muitos esforços já empreendidos em sentido contrário, permanece ainda inaudível para uma parte significativa da sociedade. [...] Esse outro, aqui, é o resto, o segregado por algum motivo: a condição social, econômica, ideológica, política ou racial” (p. 7). Diante dessa ótica, as organizadoras convidam os leitores à reflexão acerca da segregação, a partir da literatura, das mídias, da política, a fim de buscar repostas sobre, especialmente, “Quem é afinal, esse outro?”, sob a perspectiva das teorias da análise do discurso (AD) e de suas interlocuções com outros campos de estudo. Vale dizer que os textos surgem inovadores nessa temática pelo fato de não se limitarem somente às informações de natureza teórica e produzirem reflexões por meio de processos analíticos pertinentes, a partir de conceituações e terminologias acessíveis ao leitor da área de língua(gem).

O primeiro texto da coletânea, intitulado *Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal*, de Patrick Charaudeau, na tradução de Wander Emediato e Clebson de Brito, aborda os mecanismos de análise que nos são fornecidos pelas ciências humanas e sociais, especialmente a análise do discurso, já que a linguagem está no cerne da construção coletiva e individual do sujeito das atividades humanas. Pode-se constatar que é pelo olhar dos outros que somos marcados, etiquetados e classificados, assim a identidade de um grupo não é a soma das identidades individuais, e a opinião de um grupo não é o resultado da soma das opiniões individuais. Outra questão problematizada por Charaudeau recai sobre o paradoxo por meio do qual se constrói nossa identidade: precisamos do outro, da alteridade na sua diferença para que possamos tomar consciência de nossa existência, ao mesmo tempo em que sentimos a necessidade de torná-lo semelhante a nós, num gesto de identificação com as nossas opiniões e práticas culturais. O autor articula a necessidade de se defender

a ideia de que a identidade cultural é o resultado complexo e multifacetado da interação entre o “continuismo” das práticas culturais no âmbito da história e o “diferencialismo” advindo dos confrontos, deslocamentos e tensões, já que a história é construída a partir das (entre)visões de grupos sociais, híbridos por sua própria constituição.

Já no segundo artigo, intitulado *Discurso das elites e racismo institucional*, na tradução de Gláucia Lara e Regina Vieira, Teun van Dijk apresenta uma discussão sobre o amplo desenvolvimento da análise do discurso nas ciências humanas e sociais, não somente como uma metodologia de análise dos itens discursivos, mas também como uma interdisciplina independente. Ele afirma que nos encontramos bem preparados para avaliar os efeitos de sentido do discurso no espaço público, pois sabemos como os discursos são produzidos e entendidos e como as pessoas (com)partilham representações, preconceitos e ideologias. O autor pondera, então, que uma análise do discurso minuciosa do racismo surge como um forte conjunto de ferramentas visando ao entendimento da reprodução da desigualdade social, especialmente, a partir da análise dos discursos da elite, da política e dos manuais escolares. Vale dizer que na análise de materiais escolares, segundo van Dijk, os livros veiculam estereótipos, preconceitos e omissões usuais, sob o prisma eurocêntrico, de forma muito sutil. As minorias são apagadas, algumas etnias silenciadas e as diferenças sociais escamoteadas. Para o autor, as elites e as instituições europeias parecem integrar doutrinas e regras antirracistas oficiais a práticas populares de segregação totalizante e de perpetuação de visões racistas/eticistas, especialmente nos discursos que focalizam a imigração ilegal, os problemas de integração, crime, terrorismo e violência. Isso vem corroborar o racismo discursivo das elites como prática social influente que tem gerado formas concretas de desigualdade social, prática que vem tensionar a sociedade multicultural e multiétnica sem racismo.

Durações históricas e sua relação com público e privado, de Sírio Possenti, trata de uma questão fundamental para os analistas de discurso: a concepção foucaultiana de História que nos permite entender adequadamente a forma de ver os acontecimentos. Isso porque, para Possenti, a tomada de posição sobre a história vem incidir sobre a questão do corpus. Assim, a noção de acontecimento e sua relação com a enunciação, que é vista como um fato que não se repete, e também sua relação com a História, é crucial para a análise do discurso. A partir do estudo sobre os estereótipos feministas, o autor mostra que a relação entre discurso e história é complexa, já que a periodização histórica não é linear, pois períodos possuem durações diferentes e (con)vivem superpostos. Ele conclui que os discursos de longa duração talvez estejam mais atrelados à esfera privada do que à esfera pública e que, certamente, os discursos de curta duração estejam ligados a políticas de direito das minorias, e toma como modelo os direitos que protegem as mulheres, como a Lei Maria da Penha.

Intolerância, preconceito e exclusão, de Diana de Passos Barros, tem como foco os discursos intolerantes e considera como diferente aquele que não aceita

as regras sociais, por ser contrário à natureza, por ser doente e sem ética, sendo temido, odiado e punido por isso. Portanto a autora entende a exclusão, da perspectiva da narrativa, integrante do percurso da sanção a partir de sua etapa cognitiva e pragmática. Considerada a forma mais intensa das ações intolerantes, a sanção pragmática carrega o ódio e o medo de forma passional e intensa. A partir do exame de textos racistas veiculados nas redes sociais, a autora mostra, sobre organizações de base semiótica, que nos discursos de construção da língua nacional, e do estado-nação brasileiro, cruzam-se diversos discursos, entre eles estão os discursos intolerantes.

Denize Elena Garcia, no texto *A política da desigualdade no Brasil: adolescentes em situação de rua*, afirma que a adolescência em situação de abandono não constitui um problema recente em nosso país uma vez que já na época do Brasil Colônia havia a necessidade de políticas públicas para assistir jovens e crianças. Para ela, o ponto crucial a ser pensado é o conceito de família, sobretudo porque essa é uma noção social que está mudando e surge atrelada à situação de pobreza desde a última década, de acordo com vários estudiosos da América Latina. Nessa discussão, uma agenda de compromissos de pesquisa é necessária a fim de contribuir para um verdadeiro capital social, no âmbito acadêmico, na identificação e eliminação das causas dessa incapacidade e fragilidade, do sistema nacional, em mobilizar políticas e programas efetivos de assistência ao adolescente. A proposta de Garcia aponta a construção de uma rede solidária e bem preparada, no meio das ciências humanas e sociais, baseada na ética, com a finalidade de atrair conhecimento em prol dos menos favorecidos e a sensibilização necessária para extirpar a injustiça social de nossas práticas.

Dominique Maingueneau, no trabalho intitulado *O poeta e o camponês: o impossível ponto de vista do dominado*, na tradução de Gláucia Lara e Aline Chaves, centra-se na análise de um poema de um escritor do século XIX, Émile du Tiers, a fim de refletir sobre a noção de campo discursivo. Neste trabalho, o analista do discurso afirma que o poema carrega uma paratopia específica, ou seja, excluído da vida profissional o poeta escava seus últimos sulcos por meio de discursos que lhe permitem fazer-se reconhecer como poeta legítimo. Para isso, a fala do excluído tem que excluir a do camponês que surge, simultaneamente, a partir dos focos de identificação e de repulsa. Aqui a palavra do dominado se encontra a serviço de uma ótica enunciativamente dominante, ou seja, a do escritor culto e abastado. Com isso, o outro não se encontra no mesmo plano que o dominador, porquanto sua fala é menos ameaçadora: ela não aparece; ela é construída por meio dos modelos que a desqualificam no gesto que se pensa valorizá-la.

O trabalho seguinte, *Dar a palavra: da reportagem radiofônica à ficção documental*, de Dominique Ducard, na tradução de Gláucia Lara e Aline Chaves, investiga o documentário, a partir de um programa de reportagem radiofônica que dá voz aos desfavorecidos. Nas narrativas analisadas, o autor afirma que o desejo de dar a palavra às pessoas comuns, à cultura ordinária, interroga-nos

a respeito da credibilidade visada pela citação de vozes, filtrada inicialmente pela técnica da gravação e edição, ou seja, pela organização das falas, no texto escrito, a cópia da cópia. Ducard afirma que a audição e a leitura das narrativas examinadas incidem na presença significativa de um sujeito encarnado em sua voz e estilo, bem como na existência de vidas que surgem comuns e supra-comuns, paradoxalmente próximas e distantes. E esse sentido mitológico, para o autor, é um possível efeito de sentido do processo de subjetivação do outro, construído na/pela enunciação do risco de ocultação do drama social.

O texto *Narrativa de vida e construção da identidade*, de Ida Lucia Machado, ancorado na análise semiolinguística e nos estudos sobre identidade, examina narrativas de vida com o objetivo de mostrar, nos atos de linguagem, os efeitos que a rejeição provoca em quem transgride as normas estabelecidas e legalizadas pela sociedade. A autora vem propor uma reflexão teórica a partir de um texto literário da baixa Idade Média e um texto de imprensa que retrata problemas da atualidade francesa, no intuito de desmitificar a ideia de que a pobreza e a condição de marginal na sociedade seja um lugar comum somente no Brasil ou na América Latina. Nos textos analisados por Machado, é possível constatar sentimentos de tristeza, abandono, denegação e desprezo por si mesmos, que perpassam as vozes dos marginais, além de pequenas fagulhas de fé em algum acontecimento que venha a transformar essas existências. Dessa reflexão surge um questionamento: a narrativa de vida pode ser usada como uma tentativa de reconstrução de uma identidade? É certo que narrar sua vida ou parte dela proporciona um certo alívio para os sujeitos comunicantes, pontua a autora.

Na tradução de Ricardo Gualda, Adriana Bolívar, o texto *A afetividade no discurso populista* discorre sobre a afetividade como modo de significação e destaca a noção de vinculação afetiva, na busca de explicar a relação afetiva positiva e negativa com os outros do discurso. A hipótese é a de que as marcas discursivas do populismo variam conforme o contexto histórico e político, o que vai afetar o tipo de linguagem afetiva utilizada pelos líderes. Para isso, compara o discurso de Hugo Chávez ao discurso de Rómulo Betancourt, no intuito de confirmar sua hipótese de pesquisa, com base no plano linguístico, na teoria dos sentimentos e na análise interacional do discurso. Os resultados garantem que ainda o líder político recorre à afetividade expressada a fim de criar um vínculo positivo com o povo: ao mesmo tempo em que ele recorre à afetividade induzida, tanto em seguidores quanto em adversários, o discurso do líder carrega distintos tipos de medo no intuito de exercer o controle do poder sobre os ouvintes.

Mulheres e emoções em cena, de Helcira Lima, aborda elementos que apontam para o entendimento das relações de gênero em nossa sociedade contemporânea, a partir de dois longas-metragens, considerando que vivemos num mundo onde as fronteiras estão cada vez mais líquidas e simbólicas, menos nítidas e físicas. Nessas duas produções analisadas, “O céu de Suely” e “O abismo prateado”, Lima entende que o excluído é produzido no discurso, cujo

lugar está ancorado na injustiça de não poder existir e, no caso de sua pesquisa, nas duas personagens femininas examinadas, o ser mulher é produzido no discurso e permeado por relações de poder. A história dessas duas mulheres, Suely e Violeta, migrantes, estão em construção: são identidades transitórias e, apesar de ainda estarem presas a modelos cristalizados e (re)produzindo já ditos, esquecidos e lembrados, a diáspora de uma e a deambulação de outra anunciam e denunciam os movimentos identitários que as atravessam, bem como a desterritorialização afetiva advinda desse “entre-lugar”, nessa “entre-cultura”.

O último texto, *Sentidos para a homossexualidade*, de Carolina C. Borges e Maria Lúcia Rocha-Coutinho, tem como escopo a construção de sentidos para a homossexualidade com base na análise do discurso: ser homossexual vai sendo ressignificado a partir das transformações sociais que atravessam as mudanças subjetivas e/ou vice versa. Para as autoras, nomear uma pessoa tem como efeito delimitar fronteiras, demarcar territórios, manter a ordem instituída e impor uma identidade. No caso de um indivíduo nomear-se homossexual, há implicações restritivas que nos remetem aos discursos da normalidade, ao desvio de um padrão; historicamente, temos uma identidade marginal. As autoras constataam que os sentidos da homossexualidade não são construídos de forma aleatória aos discursos produzidos socialmente sobre ela: a estigmatização dos homossexuais tem um papel crucial na subjetivação desses indivíduos, no seu processo de escrita. Para os homossexuais entrevistados, ser homossexual é assumir uma trajetória e encontrar um ponto de equilíbrio interno, embora entendam, também, que o mal-estar permanece e tem estreita ligação com os discursos marginalizantes e intolerantes veiculados na sociedade. Isso porque, apesar de haver uma nova visão da condição de homossexual como normal, persiste a angústia antiga advinda do preconceito e da violência, marcas dos valores heterossexistas.

Sabemos que a problematização das teorias do discurso tem sido uma constante preocupação dos estudiosos da linguagem. Buscar entender a desigualdade social é trazer a lembrança de algo que não é agradável, mas que apesar disso existe e nos dias atuais acaba tornando-se naturalizado, como se fosse realmente normal. A reprodução da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil, como eixo da questão social nacional, resulta de uma herança patrimonial autoritária; da inserção precária de trabalhadores no mercado de trabalho urbano-industrial; da seletividade de acesso às políticas de proteção em situações de atividade e inatividade; e da insuficiência de renda, mesmo para os trabalhadores da ativa. Essas questões dialogam com Coracini (2007), quando fala sobre diferenças e traz a questão da *inclusão* como direito à cidadania, cidadania esta sempre concedida por alguém que tem o domínio sobre o inferior. Para que um indivíduo seja considerado cidadão pela sociedade, ele precisa entrar nas regras do hegemônico, desse modo, ao mesmo tempo em que urge a inclusão, inserção social para aqueles indivíduos menos favorecidos, há

um reforço das diferenças, “o diferente parece ser sinônimo da inferioridade, de incompetência, de desigualdade” (p. 109). Para essa autora, a cidadania deveria ser sinônimo de hospitalidade, de cada um se expressar na sua singularidade, inscrições possíveis de se constituírem numa rede de identificações subjetivas, num movimento heterogêneo, mostrando a identidade como híbrida, constituída pelo outro. É justamente quando pensamos tornar iguais os desiguais que tomamos consciência da impossibilidade da igualdade e reforçamos a desigualdade e a discriminação: assim os negros terão assentos nas universidades públicas não porque têm competência, não porque são iguais aos brancos, mas porque estes são generosos, tolerantes. Coracini (2007) pergunta: isso é cidadania? Para ela, tanto o favelado, o cego, o indígena, o surdo são estrangeiros que (i)migram para um mundo que não é o seu, sofrem o estranhamento desse mundo, perturbando os *normais* tanto quanto os estrangeiros incomodam os nativos ou os *normais*.

O discurso hegemônico que se apresenta como verdadeiro não procura apenas se esquivar de toda crítica, de toda suspeita, ele tem como objetivo central negar outros pontos de vista, outras versões e perspectivas que são, certamente, tão pertinentes quanto aquela que se pretende verdadeira. Sob o rótulo cristalino e transparente da verdade, esconde-se, portanto, uma intensa vontade de poder. Nesse sentido, a vontade de verdade é um dos principais mecanismos de controle e de exclusão do discurso histórico oficial. Ela o envolve numa aura de conformismo e de passividade que é difícil desfazer – pelo menos, enquanto ainda perdura em nossa cultura uma concepção metafísica e essencialista de verdade. Segundo Foucault (2005), é preciso despertar os poderes do discurso, afrouxar suas cadeias, reformular seus princípios.

Vemos nessa questão uma relativa proximidade com as reflexões de Derrida (2002) acerca da condição do animal frente ao ser humano, quando da realização de um apanhado das referências que já fizera ao animal no interior de sua obra. Um ponto merece ser destacado: aquele em que o filósofo da desconstrução se propõe, em estando sob o olhar de um(a) gato(a), a pensar sobre essa alteridade a que o homem chama animal, quando então dirá: “Ele tem seu ponto de vista sobre mim. O ponto de vista do outro absoluto, e nada me terá feito pensar tanto sobre essa alteridade absoluta do vizinho ou do próximo quanto os momentos em que eu me vejo visto nu sob o olhar de um gato.” (Derrida, 2002, p. 28). Verificamos em Derrida a aceitação da existência de “um ponto de vista” do animal e também de uma predisposição em refletir sobre essa temática dando lugar de destaque a esse olhar que não é o olhar dominante do homem que nomeia e sujeita, mas o olhar do dominado. Esse estratagema de nomeação do animal pelo homem e de sujeição desse animal nomeado revela em si uma relação de poder cuja base se encerra no discurso. Diante disso, é interessante averiguar como o discurso dominante, como representante de uma vontade de verdade, cria estratégias de inclusão

e de exclusão que comportam uma ampla discussão, a qual abrange não só o negro, mas ainda outros discursos como o discurso feminino e o discurso do louco, nos quais a noção da diferença também se faz presente.

Ao falar em diversidade de diferença, temos que considerar que as culturas são diversas e cada uma tem a sua lógica, sua organização social e seus valores, por isso podemos tentar compreender suas especificidades não necessariamente estabelecendo uma troca; a noção de diferença compreende as relações entre as diversas culturas permeadas por jogos de poder. Bhabha (1998: 41) pensa a nação a partir de suas margens: as vivências das minorias, os conflitos sociais, o arcaico chocando-se com o moderno, a exclusão. A escrita jamais depara com infinitas intervenções que transpassam a vivência. Inclusão e exclusão não são polos opostos; elas compõem a dinâmica da sociedade globalizada, onde a fluidez das margens não permite as demarcações rígidas, produzindo o *entre-lugar*, no qual podemos pensar em inclusão-excludente ou exclusão-includente.

Segundo Mignolo (1996), o projeto universal/colonial homogeneizou as diferenças culturais locais, interiorizando as exterioridades. Mais uma vez, a história velada que entrevemos no sinal da boca cerrada e dos olhos vazados dos indígenas sinaliza o processo de desmontagem e, por conseguinte, de desaprendizagem da crítica de razão pós-subalterna, sobretudo porque a escolha da produção cultural e dos sujeitos indígenas já vem inscrita em seus corpos como condição de subalternidade. Tais efeitos de sentido remetem aos estudos de Mignolo (2003: 35), quando propõe, como saída para a reflexão crítica feita das margens, “a descolonização e a transformação da rigidez de fronteiras epistêmicas e territoriais estabelecidas e controladas pela colonialidade do poder, durante o processo de construção do sistema colonial/moderno”. Essas passagens, enquanto prática crítica dos discursos, sinaliza que o processo transculturador, demandado pela cultura fronteiriça e suas histórias locais, híbridas, situadas entre lá e cá, cria um *entre-lugar* (Santiago, 2000) cultural povoado de sensibilidades biográficas de afetos e de memórias subalternas que transitam, sem culpa, entre o local e o global. Assim, resta-nos, amparados pelo pensamento de Bhabha (1998: 27), propor um trabalho crítico que descolonize as fronteiras epistêmicas impostas pelo sistema colonial moderno.

Diante dessas reflexões, por certo a obra organizada por Lara e Limberti convida os pesquisadores, professores, estudantes da área de estudos de língua(gem) a fazerem uma (re)leitura das problemáticas em pauta no livro, e nesse processo, os textos nos instigam a abandonarmos essa incessante e excludente busca pela hegemonia social e cultural e assumirmos o babélico espaço do qual somos participantes, a partir da problematização do espaço do outro, do excluído, do segregado, do estrangeiro. Mais do que isso, os trabalhos, na busca por uma epistemologia crítica para entender a diferença, mobilizam (re)leituras e (re)significações não só prazerosas, mas também estimulantes, sendo impossível fazê-la e chegar a seu final com indiferença.

Sem dúvida, é um convite para que nós façamos o esforço para enredarmos outro texto enquanto resultado de nossas pesquisas, de nossas inquietações.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, H. 1998. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana L. de L. Reis, Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- CORACINI, M. J. R. F. 2007. *A celebração do outro: arquivo, memória identidade*. Campinas: Mercado de Letras.
- DERRIDA, J. 2002. *O animal que logo sou*. Tradução de Fábio Landa. São Paulo: Editora UNESP.
- FOUCAULT, M. 2005. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola.
- MIGNOLO, W. 1996. Herencias coloniales y teorías postcoloniales. In B. Gonzáles Stephan. *Cultura y Tercer Mundo*, pp. 99-136. Venezuela: Nueva Sociedad.
- MIGNOLO, W. 2003. *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange R. de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SANTIAGO, S. 2000. O entre-lugar do discurso latino-americano. In S. Santiago. *Uma literatura nos trópicos, pp.09-26*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco.

Vânia Maria Lescano Guerra
vguerra1@terra.com.br
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul